

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL
MESTRADO E DOUTORADO MULTIDISCIPLINARES**

**Bolsista pela ReDeTIR
Rede de Desenvolvimento Territorial e Integração Regional
Programa ALFA II-0541-FA (*Europe Aid Co-operation Office*)**

Doutorando – Cláudio Machado Maia
Mestre em Desenvolvimento Regional

Orientador no ISA: Prof. Dr. Manuel Belo Moreira
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi, Economista
Co-orientador: Prof. Dr. Mário Riedl, Sociólogo

Buenos Aires, agosto de 2010

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL MESTRADO E DOUTORADO MULTIDISCIPLINARES

– Teorias do processo de desenvolvimento –

**Linha de pesquisa: Estado, Sociedade Civil e
Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**

Buenos Aires, agosto de 2010

Apresentação inicial

Bolsista pela ReDeTIR (Rede de Desenvolvimento Territorial e Integração Regional) – Programa ALFA II-0541-FA (*Europe Aid Co-operation Office*), apoiando

Estudos e teses de Doutorado em Ciências Sociais com ênfase nos temas vinculados ao Desenvolvimento Territorial, Governança e Integração Regional desde uma perspectiva comparada entre o Mercosul e a União Européia.

O Projeto visa a contribuir com a formação e a qualificação de pós-graduandos e o intercâmbio de professores/pesquisadores, para:

- a) formação de doutores especialistas em desenvolvimento territorial e regional;
- b) formação de recursos humanos de alto nível para organismos e instituições de desenvolvimento;
- c) criação de um dispositivo de atualização de recursos humanos;
- d) propiciar um desenvolvimento combinado de atividades de formação e de pesquisa com o propósito de converter a Rede num pólo de excelência reconhecido internacionalmente em desenvolvimento territorial e integração regional.

Apresentação inicial

A ReDeTIR está constituída por:

- Instituições integrantes da América Latina (sob Coordenação do Prof. Dr. Alberto Riella - Uruguay):

Universidad Nacional del Comahue (Argentina), Universidad Nacional del Litoral (Argentina), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (Brasil), Universidad de La República (Uruguay); Universidad Nacional de Pilar (Paraguay);

- Instituições integrantes da União Européia:

Universidad de Granada (Espanha), Universidad de Murcia (Espanha), Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), Universite de Toulouse II Le Mirail (França); Université de Corse (França), e demais integrantes da UE.

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

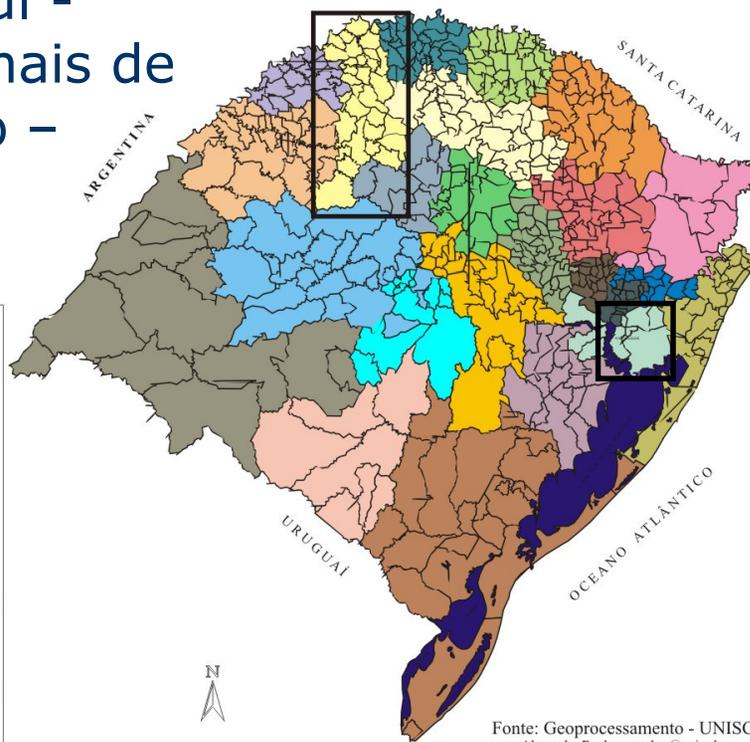
Sumário:

- Apresentação inicial
- Delimitação do tema
- Indicação resumida do campo empírico da pesquisa
- Caracterização de Crissiumal – resultados da pesquisa inicial
- Metodologia
- A perspectiva de abordagem – o território
- Componentes teóricos ao processo de desenvolvimento
- Considerações finais

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural – regiões do noroeste colonial –

Rio Grande do Sul -
 Conselhos Regionais de
 Desenvolvimento –
 COREDE

 Região Fronteira Noroeste	 Região Fronteira Oeste
 Região Médio Alto Uruguai	 Região Vale do Cai
 Região Noroeste Colonial	 Região vale do Rio Pardo
 Região Alto Jacuí	 Região Central
 Região das Missões	 Região Norte
 Região Sul	 Região Litoral
 Região Centro Sul	 Região das Hortências
 Região da Campanha	 Região Vale do Paranhana
 Região da Produção	 Região Vale do Sinos
 Região da Serra	 Região do Vale do Taquari
 Região Nordeste	 Região Metropolitana
 Região Botucaraí	 Região Jacuí Centro



Fonte: Geoprocessamento - UNISC
 Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

COREDE Noroeste Colonial



Fonte: Geoprocessamento - UNISC
 Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

O Tema:

A agricultura familiar de pequena propriedade e os derivados da cana-de-açúcar e o processo de desenvolvimento rural

como alternativa de reprodução social

é escolhido por ser mais uma estratégia para a viabilização de agricultores familiares num mundo globalizado.

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

Crissiumal:

- busca uma alternativa
 - A lógica de seu sistema de trabalho considera um modelo baseado no espírito cooperativo, interação e solidariedade, fortemente amparado em empreendedorismo e inovação (institucional e cooperativa). Considerando valores como união, tradição e bem estar comunitário. Há constante preocupação com a continuidade dos membros cooperados – aí é que está a viabilidade do “negócio”.
- Extensão rural como acompanhamento do agricultor familiar
 - Tem se inserido no mercado via políticas públicas e contatos via feiras de produtos coloniais

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

Crissiumal:

- agricultores familiares têm obtido incrementos de renda toda vez que desenvolvem outras atividades além das relacionadas com a produção agrícola mercantil
- Permaneceram na sua localidade (até verificou-se um êxodo “ao contrário”)
- Atividades fundamentadas com a existência de ações concretas por parte do Estado – a comunidade via suas escolas e representações exerceu uma certa “pressão” e a adoção de políticas públicas de perspectiva / enfoque local
 - quer por políticas públicas (federais, estaduais e municipais)
 - quer seja pelo reconhecido sucesso do modelo de agricultura familiar implantado no sul do Brasil.

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

Crissiumal:

- As políticas públicas alcançaram as funções de
 - reprodução social das famílias rurais e da sociedade
 - segurança alimentar da sociedade local e de outras comunidades
 - contribuição para a manutenção e divulgação de valores tradicionais, sociais e culturais decorrentes de fatores associados à identidade social e a formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais
 - e a preservação ambiental e conseqüentes ações de educação ambiental e de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural – Indicação resumida do campo empírico da pesquisa –

Crissiumal

Com uma população de 15.000 habitantes, Crissiumal situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 500 Km de Porto Alegre, possuindo 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. De agropecuária diversificada, cerca de 62 % da população mantém sua residência no meio rural.

- COOPERFONTENOVA (constituição iniciada em 1998/2002) a partir do PACTO FONTE NOVA, objetivando diminuir o sistema de monocultura

- 44 agroindústrias (+2 ou 3 em processo de constituição) produzindo 114 tipos de produtos coloniais, das quais a maioria delas está inserida no CIRCUÍTO TURÍSTICO "MUNDO COLONIAL";

- no ano de 2004, as 44 agroindústrias faturaram na ordem de R\$ 2.450.000,00

- somando o total do valor adicionado das pequenas agroindústrias que vendem com o bloco do produtor rural, chega-se 20% do valor adicionado. O movimento gerado atualmente passa de R\$ 2,5 milhões de reais o faturamento bruto anual das agroindústrias" (ago.2007).

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

– Indicação resumida do campo empírico da pesquisa –

Estrutura do valor adicionado bruto do município de Crissiumal
nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2006

Município	ESTRUTURA DO VAB (em R\$ 1.000,00)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Crissiumal	33,14%	16,70%	50,17%
	40.436,00	20.372,00	61.214,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais
Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em 12 ago.2009.

Indicadores de macroespecialização e PIB
do município de Crissiumal, do COREDE Noroeste colonial e do Rio Grande do Sul
nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2004/2006

Município/Região	Estrutura (%) do VAB			PIB (R\$ 1.000,00)	PIB <i>per capita</i> (R\$1.000,00)	População (habitantes)
	Agricultura	Indústria	Serviços			
Crissiumal/2006	33,14	16,70	50,17	129.231	9.687	14.817,00
Crissiumal/2004	49,57	15,26	35,18	130.066	9.355	14.965,00
Noroeste Colonial	34,11	23,20	42,69	3.500.184	11.502	165.786,00
Rio Grande do Sul/2006	16,34	42,66	41,00	156.882.623	14.310	10.726.063,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social, 2006.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais, 2006. População e Domínios - Censo 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>

Nota: Estrutura do Valor Adicionado Bruto (2004): Agropecuária; Indústria; Serviços.

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

– Resultados iniciais: o caso de Crissiumal –

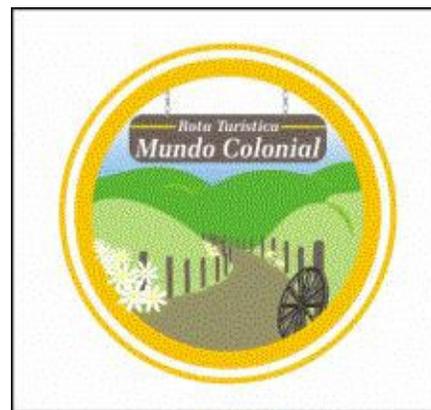
- Em 1998 iniciou o processo com o surgimento de 14 agroindústrias;
- Em 1999 já havia 19;
- Em 2000, 23 agroindústrias;
- E foram aumentando sucessivamente até chegar ao número significativo de 44 agroindústrias produzindo 114 tipos de produtos coloniais,
 - tais como queijos, bebida láctea, iogurtes, embutidos e defumados, bolachas, cucas, doces, massas, geléias, *chimières*, compotas e conservas, doces em pasta, sucos, licores, aguardente, açúcar mascavo, melado, rapadura, ovos de codorna, criação e abate de frangos coloniais, vassouras, olaria, aipim palito congelado, aipim à vácuo, produção de flores, vinhos, graspa, sabão, mel, etc.
- Em 2006, gerou-se cerca de 260 empregos diretos (CERVI, 2006, p.2).

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

– Resultados iniciais: o caso de Crissiumal –

- Fizeram parte do processo de implementação PACTO FONTE NOVA, cursos, reuniões, visitas, intercâmbio com excursões, envolvendo as 44 agroindústrias das quais a maioria delas está inserida no CIRCUÍTO TURÍSTICO "MUNDO COLONIAL" (CERVI, 2006).

Selo de Garantia
Rota Turística



Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

– Resultados iniciais: o caso de Crissiumal –

Conforme consta no Pacto Fonte Nova, o público alvo do Programa são:

- os produtores rurais que residam em pequenas propriedades ou povoados rurais;
 - que tenham no mínimo oitenta por cento (80%) de sua renda proveniente da agricultura familiar;
 - sejam proprietários ou arrendatários de imóvel rural;
 - que utilizem mão-de-obra familiar; e que se disponham a realizar cursos e treinamentos necessários para sua especialização na atividade.

Também são considerados como público alvo os comerciantes que, estabelecidos no município, assinaram Termo de Adesão ao Programa comprometendo-se a divulgar e comercializar os produtos provenientes das agroindústrias.

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

– Resultados iniciais: o caso de Crissiumal –

- Sendo assim, nos últimos três anos o município recebeu mais de 270 caravanas e excursões.
- Conforme um dos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR,
 - ... até o momento foram recebidos 11.000 visitantes, que visitam em média 3 agroindústrias por semana, nos últimos dois anos e meio (+- 2004) (números registrados conforme a agenda das visitas. Se fossem consideradas as visitas que não foram e que atualmente não são agendadas, os números seriam superiores) (fev. 2007).
- A experiência do turismo rural,
 - objetivou organizar as ações e apresentar a realidade das agroindústrias, tecnologias, metodologia de trabalho e políticas públicas, sem interferir nos aspectos culturais da população...
 - buscou a geração de emprego e renda no município, diminuir o êxodo rural, resgatar a auto estima das pessoas ao valorizar a cultura, gastronomia e os atrativos naturais e culturais; criar uma visão ambientalmente correta nas comunidades.

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

Para tratar do processo de desenvolvimento rural considerando a agricultura familiar, a multifuncionalidade, um enfoque territorial e a presença da ação coletiva

elegeu-se alguns elementos que embora nem sempre aparecem em conjunto, reconhece-se que seu estudo é relevante, uma vez que o desenvolvimento seria mais benéfico se tais elementos ocorressem ao longo do processo alcançando um momento que ocorressem conjuntamente:

- Refletindo sobre os sistemas produtivos locais e a competitividade
- o rural e a questão do território
- participação, sociedade e governança
- as instituições
- o papel das instituições na ação coletiva organizada

Teorias do desenvolvimento: a agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural

Metodologia (parcial)

O modo como pretende-se proceder na investigação e exposição da pesquisa.

Para a realização do estudo proceder-se-á a realização de pesquisa de campo (entrevistas) junto aos produtores e atores sociais, tanto de Crissiumal quando de Santo Antônio da Patrulha.

Num sentido amplo, o método que servirá de referencial de análise das idéias, informações ou resultados pode ser interpretado como uma **abordagem teórico-metodológica que permite discutir componentes teóricos ao processo de desenvolvimento.**

A perspectiva de abordagem – o território

Território: reflexões para uma agenda de pesquisa

O objetivo desta reflexão é apresentar elementos que contribuam para a construção de uma agenda de pesquisa que ajude a esclarecer o atual debate sobre diversas abordagens que se apropriam da expressão “território” no tocante à problemática do Desenvolvimento Regional e Rural e das situações que envolvem alternativas de interpretação ou implementação de ações ao processo de desenvolvimento.

As nuances que o “território” tem assumido em diversos estudos e manifestações levam à necessidade de se evitar a “vulgarização e o senso comum” do termo.

Neste estudo a expressão “território” surge como categoria para sintetizar, muitos dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento (regional) rural, quando o reconhecendo da importância da integralidade do processo de desenvolvimento, da importância das instituições e do patrimônio cultural, político e histórico das sociedades encontra nos territórios fundamento para construir nova forma de aproximação do desenvolvimento rural.

Território: reflexões para uma agenda de pesquisa

É crescente o interesse dos estudos na área de políticas públicas para o desenvolvimento regional e rural numa abordagem territorial.

Multiplicaram-se os artigos, estudos e até surgem Programas de Governo sobre temas relacionados às políticas governamentais adotando a perspectiva (ou simplesmente se apropriando da expressão) territorial.

- Situação que pode incorrer o risco do termo assumir diferentes conotações e implicações quanto ao processo de desenvolvimento, bem como os interesses dos diversos “atores ou grupos” que se apropriam desta abordagem.

O território seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente (VERDE, 2004, p.5).

- A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade.
 - A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento rural, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Contextualização: uma trajetória para a redefinição conceitual

Numa reflexão inicial, intuitivamente, parte-se do raciocínio de que o território é fundamentalmente definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão que se coloca, é quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço.

- Ajustando-se a uma noção de território “adequada”, o universo de pesquisa pode constituir-se por uma unidade socioespacial (localidade, bairro, assentamento, comunidade, vilarejo, arraial, município, etc.) cuja amplitude é definida pelas famílias que a integram, relações sociais, ou construção de territórios (relações de proximidade e de integração) e de identidade referidas aos espaços rurais.
- O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir e uníssimo, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDR, 1985, p.24 apud SOUZA, 1995, p. 80).

A conceituação acima resumida é interessante para que se possa compreender este artigo, uma vez que amplia e conjuga as idéias de poder (e, por extensão, território) e autonomia.

Contextualização: uma trajetória para a redefinição conceitual

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas , podendo ter um caráter permanente, mas também podendo ter uma existência periódica cíclica – séculos, décadas, anos, meses ou dias.

Uma aproximação conceitual

A noção de território embutida no discurso científico confundia-se, e algumas vezes continua a confundir-se, com uma percepção contrária do que seja a realidade a ser observada e analisada.

- Para tratar desta questão, deve-se adotar um olhar multidisciplinar e epistemológico na análise do território, uma vez que um tratamento disciplinar apresentaria dificuldades para alcançar uma interpretação estratégica dos problemas de sociedades complexas.
- Logo, devem-se considerar diversas disciplinas como ligadas à análise do território.
 - a ciência política (via conceito de poder),
 - a geografia (como disciplina do espaço social),
 - a sociologia (tratando das relações sociais),
 - a história e a economia (como interpretadoras da gênese da evolução das economias dos territórios), entre outras possibilidades de interpretação.

Uma aproximação conceitual

Por outro lado, conforme CLAVIJO (2007, p.2-3), no estado de arte, o conceito de território no desenvolvimento humano é entendido como um processo de transformações coletivas que se dão num dado espaço geográfico donde as comunidades são participantes. É por isto que o desenvolvimento é concebido desde enfoques territoriais.

Já Flora (2006, p.9-24; e 2005a, p.2-20; 2005b, p.2-22), conceitua território como um conjunto de capitais, tais como

- capital físico (recursos naturais), capital em infra-estrutura, capital financeiro, capital humano, capital social, capital cultural e capital político.

Nesta abordagem, os capitais podem ser vistos como um conjunto (assim como um sistema), e como tal podem ter propriedades emergentes e sinergias provenientes das inter-relações entre os diferentes capitais e seus diferentes pesos específicos. Um exemplo de sinergia é a estética, é a resiliência das comunidades, e os diferentes produtos produzidos.

- Deste modo o território se converte num sistema formado pela contribuição de cada um de seus componentes, onde as inter-relações entre os mesmos é a mais importante forma de criar sinergia, onde o ator da comunidade local é o principal participante e responsável pela sinergia.

Uma aproximação conceitual

... pode-se perceber o Território como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais á identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços entre estes (BRUNET, 1990 apud VIEIRA e CAZELLA, 2008, p.6).

- Um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente”(SABOURIN, 2002).

Os estudos mais recentes sobre território como uma criação coletiva e institucional, indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns.

- Por outro lado, demonstram que um “território dado ”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. E sua construção pressupõe existência de uma relação de proximidade dos atores (PECQUEUR, 1996 apud VIEIRA e CAZELLA, 2008, p.6).

Territórios e a perspectiva do risco da globalização: a territorialização

A perspectiva territorial considera a existência de Instituições que são elementos constitutivos da noção de desenvolvimento territorial.

Entretanto, pode-se compreender territorialização por um outro viés ou nível de entendimento: o da dominação.

- Por exemplo, citando BUCH-HANSEN (2003, p.323) ao analisar em seu artigo o processo de territorialização local como um espaço de disputa na Tailândia. Seguindo as idéias de Vandergeest e Peluso (1995) sobre territorialização, o estudo foca a luta entre vários atores de diferentes níveis, onde as agências nacionais do Governo Tailandês estavam cada vez mais “exprimidas” entre grandes Instituições desde o local à cena global pelo acesso a terra e pelo maior controle dos recursos naturais. Buch-Hansen (2003) cita as idéias de Vandergeest e Peluso (1995), que definiram territorialização como
 - “a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e reivindicando o controle (total) de uma área geográfica” e, desta maneira, territorialização refere-se a exclusão e inclusão de pessoas dentro de uma área geográfica particular, e em torno do controle do que as pessoas fazem e seus acessos aos recursos naturais dentro dessas áreas BUCH-HANSEN (2003, p.323).

Abordagens alternativas da temática da territorialidade

O território trata-se de um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que ciente de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade – diferenciando entre “nós” (os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (CASTRO, 1995, p.86-87).

- Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos..., podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (CASTRO, 1995, p.87).

Tais territorialidades flexíveis estão presentes nas grandes metrópoles, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos – territórios da prostituição, a territorialidade do tráfico de drogas no Rio de Janeiro onde os territórios-enclave (favelas) que encontram-se no tecido urbano, onde cada facção ou organização do tráfico de drogas apresenta-se como uma rede complexa unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que no espaço concreto, nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, disputando a mesma área influência econômica (mercado consumidor) (CASTRO, 1995, p.92).

Conforme descreve Castro (1995, p.97-98), os territórios chamados flexíveis ou flutuantes ou móveis, por serem os seus limites instáveis, mostram o quanto o território, enquanto campo de forças, logicamente existe sobre um espaço, por conta de uma capa invisível deste, mas não devendo só por isso, ser confundido com o substrato material.

Abordagens alternativas da temática da territorialidade

Após analisar-se algumas faces desta realidade social que é o território, tentar-se-á construir a perspectiva de território como um espaço definido por e a partir de relações de poder. Entretanto, faz-se necessárias algumas considerações.

Concorda-se com Raffestin (1993, p.143), ao considerar o espaço como anterior ao território.

- Entretanto, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico.
 - Seja como for, ao falar-se de territorialidade, neste estudo, refere-se a um tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço (CASTRO,1995; RAFFESTIN, 1993, p.160).

Considerações finais sobre a noção de território nas pesquisas sobre desenvolvimento

Ampliar conceitualmente a noção de território encontra na releitura da problemática do desenvolvimento uma perspectiva onde a territorialidade autônoma assume importância.

- O desenvolvimento entendido como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo de discussão livre e “racional” por parte de cada um dos membros da coletividade em torno do sentido e dos fins de viver em sociedade...(CASTRO, 1995, p.105).

Neste estudo apresentou-se elementos que podem contribuir ao entendimento da problemática do desenvolvimento numa perspectiva de território.

- Com o conceito de território considerando espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

A intenção com isso, é ao mesmo tempo crítica e propositiva aos critérios usuais e ao uso indiscriminado da expressão “território” em torno de problemáticas do desenvolvimento, substituir parâmetros disciplinares, de pouco alcance ou atrelados a um universo cultural particular.

Considerações finais sobre a noção de território nas pesquisas sobre desenvolvimento

Em suma, conforme Abramovay (2007, p.31), pode-se dizer que a noção de território abre caminho para um avanço no estudo do desenvolvimento, uma vez que convida a dar ênfase na maneira como os atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no plano local. Os territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre os atores, o que nos remete além da natureza do processo de cooperação em torno do qual se constroem os territórios, à compreensão das instituições públicas e dos próprios mercados que marcam a vida de uma região.

Entretanto, parte significativa da literatura contemporânea sobre desenvolvimento local ou territorial é marcada pela ausência de uma teoria a respeito da interação social que possa inspirar hipóteses sobre a situação diferenciada das regiões abordadas.

– Teorias do processo de desenvolvimento –

Buenos Aires, agosto de 2010

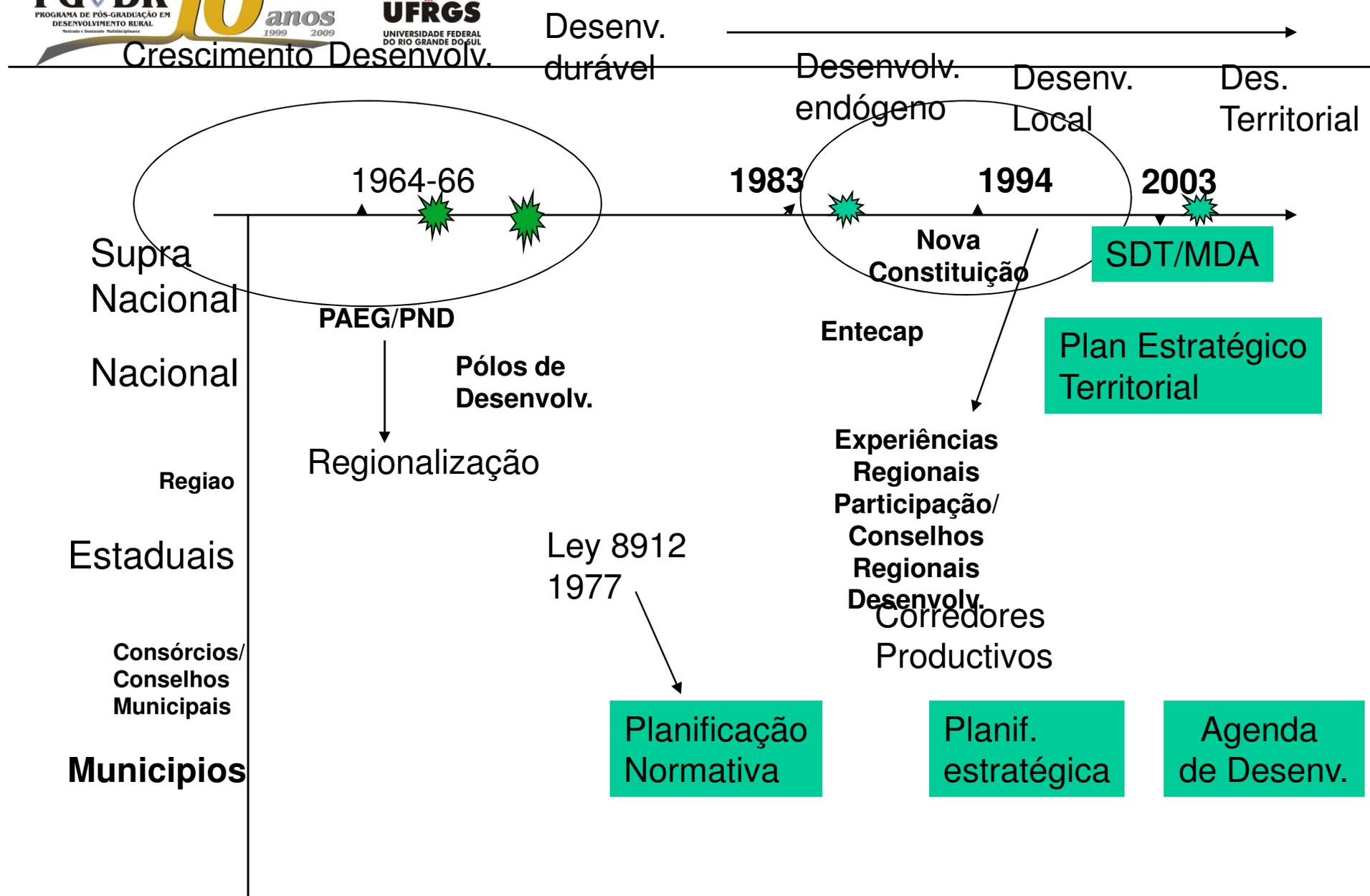
Introduzindo teorias do processo de desenvolvimento –

Esta reflexão teórica considera o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento,

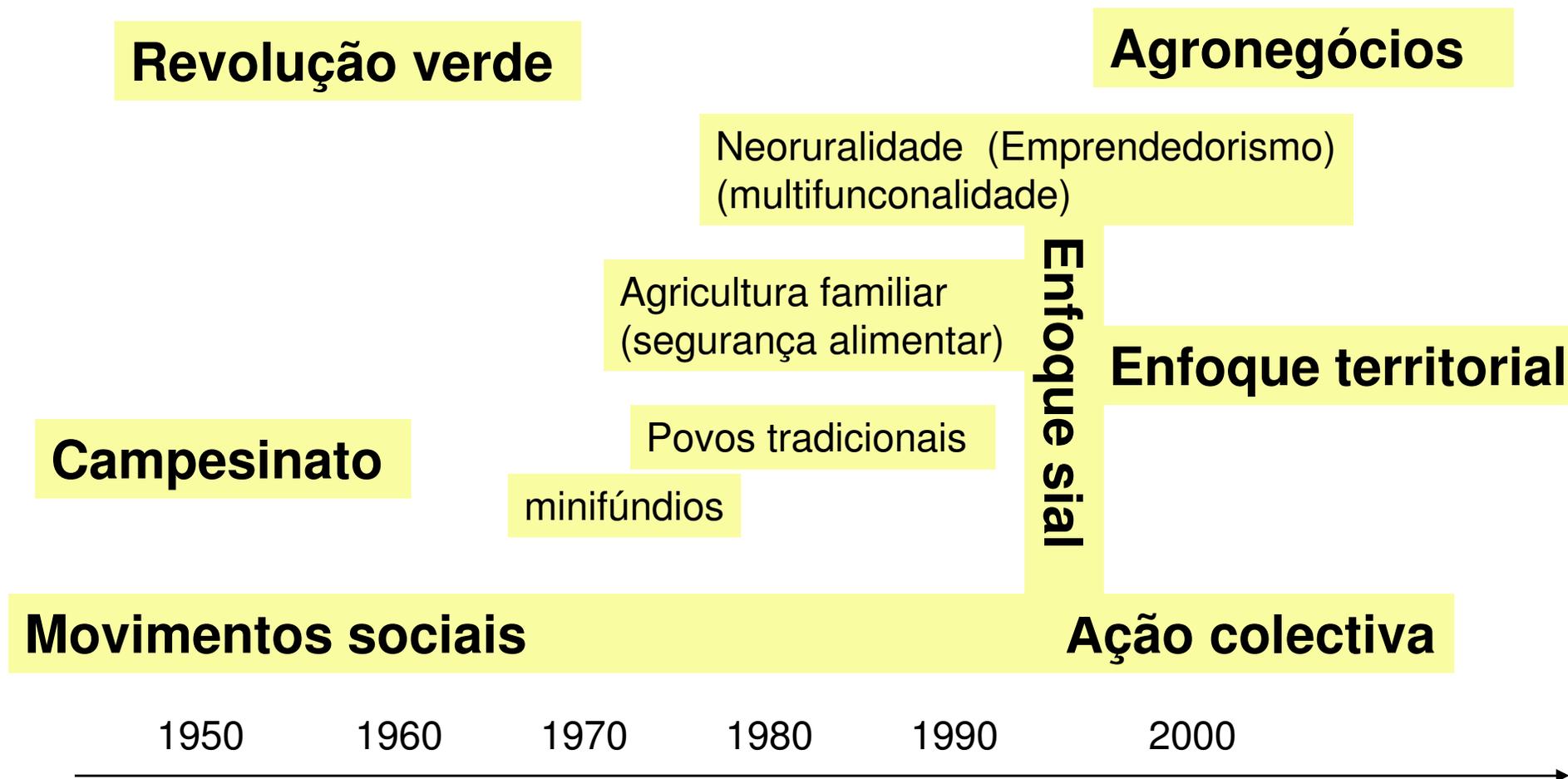
- especialmente a partir de meados dos anos 1980
 - refletindo sobre abordagens e teorias sobre o desenvolvimento na era da globalização pós-fordista – a reemergência das regiões, territórios.

Introduzindo teorias do processo de desenvolvimento –

- Ao abordar a perspectiva do papel das regiões no processo de desenvolvimento
- O território surge como recurso analítico que estabelece um diálogo multidisciplinar legitimando sistemas de produção territoriais que consideram a geografia (na perspectiva do uso de espaço e poder),
 - a economia espacial (localização das atividades e organização social)
 - e a nova economia institucional (organização social, história e cultura) (SOUZA, 1995).



Campos conceituais e políticas públicas (inspirado em CARA, 2008)



Introduzindo teorias do processo de desenvolvimento –

A organização passa a ser tratada como alternativa que os atores escolheram para sua coordenação alternativa ao mercado, através de

- Associações, regras e insituições que a estruturaram
 - para fins de sua capacidade e tentativa de integração aos mercados.
- E sua capacidade de obter rendimentos crescentes pode resultar da localização de suas atividades em determinados territórios
 - que da proximidade de seus agentes e de um capital humano
 - portanto caracterizando um crescimento endógeno.

Refletindo sobre os sistemas produtivos locais e a competitividade

Desde o final dos anos setenta, economistas neo-marshallianos, haviam ressaltado o papel da proximidade geográfica, vinculada a uma proximidade social e organizacional

- para compreender as dinâmicas de desenvolvimento industrial conhecidas em determinados territórios de vários países.
 - agrupamento de numerosas empresas de especialização parecida ou ao menos próxima.
 - Produzindo para um mercado externo à sua localidade (nacional ou internacional) uma variedade de produtos em pequenas séries
- existindo nestes distritos um ambiente de competência-colaboração-empréstimo de mão-de-obra ou capacidade produtiva e prática dentre si de subcontratação.
- Nesses distritos, também havia um conjunto de instituições vinculadas entre si, que se dedicavam ao fomento da atividade do distrito.

Refletindo sobre os sistemas produtivos locais e a competitividade

Esse ambiente de colaboração, troca de informação técnica ou de mercado, era propiciado por fazer parte de uma história comum entre os atores comprometidos com essas dinâmicas, principalmente laços culturais e comportamentos comuns.

- O processo de *Clustering*:
 - devido a confiança existente entre os atores do sistema local
 - há externalidades positivas – acesso a mão-de-obra qualificada, difusão de inovação técnicas e de mercado, redução dos custos de transação;
 - há criação de recursos e de inovação.
- A eficiência dos clusters (SPL) se deve a uma perspectiva dinâmica sobre o vínculo entre território e inovação, propiciado por processos de ação coletiva.

O rural e as virtudes do território

A importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação do ambiente que permitiu o desenvolvimento de algumas regiões...

Sob uma perspectiva teórica territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social.

- o território surge como recurso analítico que estabelece um diálogo multidisciplinar legitimando sistemas de produção territoriais que consideram a geografia (na perspectiva do uso de espaço e poder), a economia espacial (localização das atividades e organização social) e a nova economia institucional (organização social, história e cultura)
- A abordagem territorial, exige a análise de instituições em torno das quais se organiza a interação social e a partir da influência que sobre eles exercem as forças sociais que os constituem (NORTH, 1991, 1994); (SOUZA, 1995); (REQUIER-DESJARDINS, 2005, 1999); (ABRAMOVAY, 2007, 2004); (FAVARETO, 2006).

Participação, sociedade e governança

Em âmbito territorial, práticas participativas referem-se espaços intermediários entre o estado e o município, em que não se encontram instâncias político-administrativas correspondentes. Em âmbito temático, buscam a articulação social em caráter permanente, visando influenciar o processo de tomada de decisões públicas que se refiram ao desenvolvimento regional (BANDEIRA 1999, p.4).

A participação social no passado ajuda a superar os problemas da ação coletiva... (...) A experiência — e a memória coletiva — das ações cooperativas bem-sucedidas, seja ou não em questões relacionadas com poder e política, tem este efeito por diferentes razões:

- (1) diminui o sentimento de impotência dos indivíduos isolados diante de problemas cuja solução exige a cooperação de muitos; (2) aumenta a propensão no sentido de trabalhar em ações de natureza pública (...); e (3) dispõe as pessoas a confiarem na cooperação de seus semelhantes, ao invés de acreditarem que eles tenderão a comportar-se de forma oportunista, apenas aproveitando-se dos esforços alheios (RUESCHMEYER, 1997)

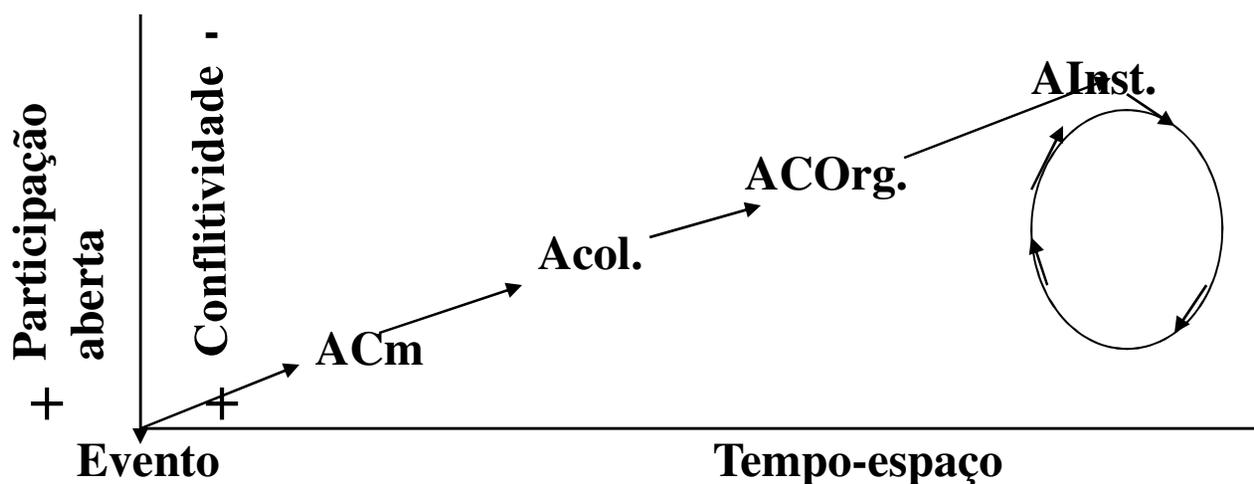
AÇÃO COLETIVA (inspirado em CARA, 2008)

SOCIABILIDADE

Ação Comum
Ação Coletiva
Ação colectiva organizada
Ação colectiva Institucionalizada
Ação colectiva integrada (em instituições pré-existentes).

Ação como prática (recorrente, reiterativa)

Ação eventual (evento ou acontecimento importante)



Participação, sociedade e governança

Nos últimos anos, as principais instituições internacionais de promoção e financiamento do desenvolvimento têm incorporado práticas participativas às suas rotinas operacionais.

- No Brasil, tem sido aceita a idéia da necessidade de criar mecanismos que possibilitem participação mais efetiva e direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas

Entretanto, a inexistência de uma instância político-administrativa intermediária entre o estado e os municípios e a escassez de organizações e instituições de abrangência microrregional contribuem, para que, em regra, não haja identidades regionais bem-definidas nessa escala territorial.

- o que é um obstáculo para a articulação e para a participação da comunidade
 - já que a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios.
 - Nem sempre há consciência do fato de que muitos dos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais (BANDEIRA 1999, p.6).

Participação, sociedade e governança

- As instituições internacionais tem buscado incorporar o conceito de governancia à abordagem do desenvolvimento.
- Até a década de setenta predominavam as abordagens focadas na ação do governo, que viam na atuação do setor público como responsável pelo processo de desenvolvimento.
- Na década de oitenta, essa compreensão passou focar a administração do desenvolvimento, incorporando a avaliação da capacidade do estado em integrar e liderar o conjunto da sociedade.
- Na década de noventa, a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada na capacidade tanto do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento.

Participação, sociedade e governança

- Dá-se ênfase à natureza democrática da governança
 - abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo do desenvolvimento.
 - Passou-se a reconhecer o papel desempenhado pelas organizações não governamentais, reavaliado o papel desempenhado pelas instituições existentes... (BANDEIRA 1999, p.14).
- A governança abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório (BANDEIRA, 1999, p.15).

Instituições

Falar sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural nos leva a considerar o que North (1990) trata, respectivamente, como instituições e a path of institutional change – a dinâmica impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações dos indivíduos e organismos. ...

As instituições são a regra do jogo na sociedade, ou mais formalmente, são constrangimentos humanamente inventados que moldam a interação humana.

- ... A mudança institucional molda os caminhos das sociedades evoluindo através do tempo e a partir daí a chave e o entendimento da mudança histórica.

Na perspectiva das instituições, alguns autores consideram a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores.

Para North (1991), as instituições existem para reduzir a incerteza nas relações sociais e têm um importante papel a cumprir no que se refere à redução do conflito potencial existente na maioria, senão em todas as relações sociais.

UMA PERSPECTIVA DE SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO CENTRADA NO ATOR

Nuijten e Appendini (2002, p.87) apresentam uma reflexão ao concluir pesquisa sobre o papel das instituições em contextos locais:

- Al tener como objetivo ciertas instituciones u organizaciones específicas dentro de programas y proyectos de desarrollo, es importante una aproximación abierta y flexible que tome en cuenta las iniciativas locales... las acciones a nivel local pueden articularse con programas públicos amplios ... que en última instancia pueden ser medios para el “empoderamiento” de los grupos más pobres y una estrategia general para ampliar su participación en los ámbitos institucionales y organizativos locales.

Long (2007, p.46), afirma que os estudos nutridos pela perspectiva do ator tendem a enfatizar a racionalidade discursiva dos atores a custa da sua consciência prática. Onde a racionalidade não é uma propriedade dos indivíduos, sim de discursos disponíveis que formam parte do entorno cultural da prática social.

- ... A mudança institucional molda os caminhos das sociedades evoluindo através do tempo e a partir daí a chave e o entendimento da mudança histórica.

UMA PERSPECTIVA DE SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO CENTRADA NO ATOR

Por outro lado, um ponto conceitual e chave para a discussão em torno da sociologia do desenvolvimento na perspectiva centrada no ator é a questão da agência:

- a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida. Dentro de limites de informação e outras restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”.
 - Intentam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor, e em certa medida estão em torno de suas próprias ações, ...

No espaço geográfico, deve-se considerar a importância do ator na questão da ação política. Pois a política pública não pode ser boa, se não houver a participação dos atores locais na sua implementação. Implícito nessa perspectiva está a emergência da sociedade civil, com o desenvolvimento como emergindo das localidades – idéia chave para um processo de desenvolvimento endógeno, onde os grupos locais tem alguma solução, a partir de seus valores e capacidade de inovar – como base para se pensar a heterogeneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste ensaio, objetivou-se demonstrar que no debate em torno do desenvolvimento, muitos dos conceitos, noções ou abordagens à teoria social, política e econômica devem, ser considerados em termos dos paradigmas ou orientações teóricas, nem sempre explícitos, que os sustentam (STAVENHAGEN, 1985, p.11).

- A palavra (termo, conceito) “desenvolvimento” é cheia de implicações de valor, que, no entanto, ninguém parece ter encontrado uma substituição adequada. Falar-se de subdesenvolvimento ou de países em desenvolvimento nos leva a termos que consideram valores implícitos, mesmo antes de se discutir a questão de desenvolvimento.

Conforme sintetizado por Stavenhagen (1985, p.13), nas três décadas, do início dos anos cinquenta até fins dos anos setenta, predominou uma concepção linear evolucionista no pensar o desenvolvimento, onde o ponto de partida era o reconhecimento de que algumas regiões do mundo eram “atrasadas” econômica, social, cultural, e até politicamente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a crítica permanente da teoria do desenvolvimento conduziu a novas abordagens. Passou-se a buscar estratégias alternativas de desenvolvimento, por parte de alguns Governos, de movimentos sociais de diversos tipos, de pequenos grupos de pesquisadores e planejadores, bem como de pessoas de diversas organizações internacionais.

- A abordagem apresentada neste ensaio contém elementos que nem sempre aparecem em conjunto, embora reconhecesse que seria mais benéfico se ocorressem ao longo do processo alcançando um momento que ocorressem conjuntamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, ela implica numa estratégia voltada às necessidades básicas de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo.

Em segundo lugar, tal abordagem do desenvolvimento, procura uma visão interna ou endógena.

Em terceiro lugar, procura-se usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las a priori como obstáculos ao desenvolvimento.

- A abordagem se propõe a respeitar o meio ambiente, sendo válida do ponto de vista ecológico.
- Uma abordagem que é orientada para o povo – quer seja de camponeses ou operários, aldeões ou favelados – que deve participar em todos os níveis do processo de desenvolvimento.

Finalizando, esta apresentação não se propõe a analisar implicações, possibilidades e limitações de uma abordagem alternativa de desenvolvimento, mas mostrar que seu pensamento surge como resultado de uma mudança de ênfase, do questionamento permanente dos paradigmas anteriormente aceitos e não criticados. Abordagem que surge no campo do debate com outras abordagens, e que se propõe a referir questões, termos e conceitos até aqui ignorados pelas demais abordagens, apesar de constituírem modos de vida e a preocupação básica de milhões de pessoas no mundo inteiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo, 2007. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis: UFSC. Consultar o endereço: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf> para mais detalhes.
- AGUIRRE, Basilia Maria. B, 2002. Mudança Institucional, a perspectiva da nova economia institucional. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo, v. 127, p. 179-187.
- BANDEIRA , Pedro Silveira, 1999. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. IPEA. Textos para discussão, n. 630.
- CARA, Roberto Bustos, 2008. Institucionalidad y politicas publicas para el desarrollo rural. IV Congreso Internacional de la Red SIAL – Sistemas Agroalimentarios Localizados. Mar del Plata, Argentina.
- CONCEIÇÃO, Otávio Augusto, 2008. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. Economia e Sociedade. Campinas. v.17, n.1(32). p.85-105.
- FAVARETO, Adilson, 2006. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? In: XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza (CE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LONG, Norman, 2007. Development sociology: actor perspectives. London and New York, Routledge, 2001. Tradução de Horacia Fajardo, Magdalena Villarreal y Pastora Rodríguez. Mexico: El Colegio de San Luis.
- NUIJTEN, Monique and APPENDINI, Kirsten, 2002. El papel de las instituciones en contextos locales. Revista de la CEPAL. n.76.
- NORTH, Douglass. C, 1994. Economic performance through time. American Economic Review, 1994. v.84, n.03. p.359-368.
- NORTH, Douglass. C, 1991. Institutions. Journal of Economic Perspectives. 05(1), p. 97-112.
- NORTH, Douglass C, 2008. Institutions, institutional change and economic development. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Consultar o endereço
<http://books.google.com.br/books?id=oFnWbTqgNPYC&dq=%22Institutions,+Institutional+Change,+and+Economic+Performance%22&pg=PP1&ots=sWivRfKmX1&sig=gjzm6E_uJvTzaPHMB2sBt1z3hAM&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=1&ct=result#PPA6,M1>. para mais detalhes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NORTH, D. C, 1977. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, p.333-343.
- REQUIER-DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CASASOLA, I. S, 2005. Agroindustria Rural y Liberalización Comercial Agrícola: el rol de los Sistemas Agroalimentarios Localizados. In: Quinto Congreso AMER, Oaxaca, México, mayo.
- REQUIER-DESJARDINS, D, 2005. Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados : Cuáles puestas ? In: X Aniversario de PRODAR, Quito, Noviembre de 1999. Consultar o endereço <http://www.ciat.cgiar.org/agroempresas/espanol/Rec_de_info/memoriasiicurs/cd_curso/Contenido/Modulo%203/Submodulos%203.3/air_sial.pdf#search=%22Sistemas%20Agroalimentarios%20Localizados%22> para mais detalhes
- SOUZA, M. J. L, 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et all (Org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- STAVENHAGEN, R, 1985. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico. n.84, p.11-44.
- STEINER, P, 2006. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA – sobre a noção de território nas pesquisas sobre desenvolvimento

- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César; FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.
- CLAVIJO, Clara Villalba. Comunidades Resilientes metamorfosean sus Territorios. In: V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios Y Agroindustriales. Argentina, Buenos Aires: UBA, 2007.
- BUCH-HANSEN, Mogens. The territorialisation of rural Thailand: between localism, nationalism and globalism. Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, v. 94, n.3, 2003, p. 322-334.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v.2 (Os economistas)
- PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Marília Pilar. Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA (org) Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.
- SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo Territorial Rural. Santiago, Chile: RIMISP , fev. 2003.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et all (Org). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VERDE, Valéria Villa. Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.
- VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir Antonio. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Disponível em: < http://idrinfo.idrc.ca/archive/corpdocs/123073/123073_7-22_ArtigoRimispFinal.pdf>. Acesso em 26 abr. 2008.